

Um ano depois, os militares regressam?

# AS SEIS LINHAS DETECTÁVEIS E O PAPEL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA



EM DUAS REUNIÕES, separadas, realizadas, nas duas últimas semanas, por um lado, entre cúpulas do PS e, por outro, entre cúpulas do PPD, na mesma tese foi sustentada por número representativo dos presentes: os militares vão voltar a estar na berra.

Esta sensação de que os militares regressem a um plano de evidência na cena política é confirmada pelo que se tem passado em reuniões nos próprios meios militares. Quer informalmente (citem-se, por exemplo, os temas centrais das conversas efectuadas sexta-feira, passada em cada de Gomes Mota, na ceia de comemoração do Documento dos Nove), quer com mais formalismos (mencione-se, por exemplo, a reunião de Belém, às 18.00 de domingo passado, e as suas sequelas no princípio da semana), os militares parecem querer renascer de uma letargia em que se haviam deixado (voluntariamente?) mergulhar depois das eleições para a Assembleia da República e para o Presidente da República. Além disso, Spínola voltou numa data que é, pelo menos inoportuna curiosamente coincidente com a ocasião em que tudo parece incriminar o seu MDLP pelos atentados bombistas.

É certo que a Constituição prevê um papel de relevo para o Conselho da Revolução (e para a Comissão Constitucional, presidida obrigatoriamente por um membro do C.R.). É certo que de há muito se fala de "nostalgia por antecipação do poder perdido", com todas as ambições e movimentações pessoais que ela implica. É certo que o 25 de Abril foi feito por militares e que muitos deles continuam a defender a existência, ao lado da legitimidade democrática, de uma legitimidade revolucionária que só a eles pertence. Mas não é menos certo que dentro do CR há linhas de clivagem acentuadas, que põem em causa a própria composição deste órgão de soberania. Como também não é menos certo que, para além das jogadas pessoais dos que não se resignam a largar o poder e voltar às unidades, há as jogadas políticas dos grupos ou indivíduos que, sabendo a importância dos oficiais ainda empenhados no processo, apostam em utilizá-los ou em destruí-los. Como ainda não é menos certo que, se o 25 de Abril foi feito por militares, foi também feito contra militares e que muitos dos que então foram perseguidos (ou, talvez mais importante, dos que então não ganharam) não passaram à reserva e, com maior ou menor dificuldade se mantiveram nas fileiras, em lugares importantes, nos comandos de unidades, nos Conselhos das Armas, nos Estados Maiores, nas Direcções de Pessoal, etc. (enquanto outros, mesmo na situação de reserva, como Kaúlza de Arriaga ou Bettencourt Rodrigues, continuam a agitar-se politicamente).

Não é por acaso que Mário Soares se referiu, no discurso de apresentação do Programa do Governo, à "necessidade de extirpar a psicose do golpismo" e que, instado pelo EXPRESSO a esclarecer o que isso significava, respondeu: "Ainda hoje se fala muito da direita militar, das conspirações que a direita militar possa vir a fazer, dos GDUP's e do que vai resultar desses GDUP's,

de ver qual é a força que a esquerda revolucionária tem dentro das Forças Armadas, de agitações que existam, porventura, dentro dos quartéis" E não deixa de ser curioso que Álvaro Cunhal, em recente entrevista a "El País" (na qual volta a insistir na tecla de que "em Portugal não é possível uma democracia do tipo europeu ocidental"), afirme que uma das alternativas da direita portuguesa é "a extrema direita reacçãoária, ultra-militar, caso exista, que tenta demonstrar, através do fracasso do Partido Socialista, que há um fracasso da democracia portuguesa, que não pode haver um regime de partidos, que só um Governo militar poderá resolver as coisas".

Pela direita ou pela esquerda, os militares estão na berra. Kaúlza de Arriaga lança o MIRN; os Pides vão sendo libertados por um serviço entregue a militares e superintendido por um conselheiro da Revolução; Spínola regressa, tal como prometera e parecia estar acordado; Melo Antunes é ouvido sobre o Programa do Governo e apoia-o na generalidade; Costa Gomes permanece em S. Julião e não goza apenas de merecidas férias; há entrevistas de militares, declarações de militares, reuniões de militares; Oteio não é autorizado a prosseguir, para além das eleições, a campanha eleitoral; fala-se, cada vez mais, com publicidade gratuita feita por Conselheiro da Revolução, de organizações clandestinas, de sinais políticos variados, dentro das Forças Armadas. Há jornais que surgem do nada, não se sabendo quem os paga, a promoverem esta ou aquela figura militar; há seminários e colóquios sobre temas ligados à tropa, há jantares e comemorações entre ou em honra de militares, há nomes que principiam a ser falados, como os de Soares Carneiro ou Abel Couto.

Simultaneamente, recomeça o estudo da chamada correlação de forças. A brigada NATO aparece como novo e fundamental trunfo; Pires Veloso reemerge depois do grave acidente de helicóptero; a Força Aérea prossegue a sua rota independentista; a Armada auto-convulsiona-se à procura de um equilíbrio verdadeiro. Casos como os de Leonel Cardoso e Rangel de Lima são aproveitados e explorados pelos diversos quadrantes; fala-se de mudanças no Conselho da Revolução (a que não seriam alheias as reuniões de Belém do princípio da semana); o programa Alfa ataca os militares; e Rocha Vieira nunca fecha a porta a alterações nos Comandos das Regiões Militares (ao mesmo tempo que, é interessante notá-lo, o aparentemente poderoso Vasco Lourenço desaparece por omissão eventualmente voluntária, das primeiras páginas dos jornais, não obstante o interesse manifestado por uma entrevista a uma agência noticiosa, que acabou por cancelar, embora a tivesse marcado para terça-feira passada).

Ao lado, ou melhor, acima de todo este tão português embroglio situa-se e funciona (activamente?) o Presidente da República, que é também Comandante supremo das Forças Armadas e Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas. Ramalho Eanes tem procurado e con-

seguido manter distâncias, não tomando partido, sem, no entanto, deixar de dar força, por exemplo, a Melo Antunes (mais do que aos meloantunistas?) de activar as diligências contra o terrorismo bombista, de confirmar a sua confiança em Rocha Vieira, mesmo quando este é contestado pelas recuperações hierárquias. Influindo sem se pronunciar obviamente, marcando presença sem se deixar usar nem abusar, Ramalho Eanes tem conseguido preservar o seu prestígio e a sua autoridade. Decisões inadiáveis, quer ao nível do Governo e do que este precisará para governar quer no plano militar quer ainda na prossecução de uma política presidencial que, para alguns dos que o apoiaram, deveria ter um toque de "gaullismo", obrigá-lo-ão, no entanto, a tomar posições mais definidas a curto prazo.

Entre essas decisões podem incluir-se as que respeitam: — A designação do vice-CEMGA (as hipóteses Amadeu Garcia dos Santos — actual chefe da casa militar do PR e subscritor do Documento dos Nove, mas não general de pleno direito — Silva Cardoso — que a Força Aérea defende com algum entusiasmo (ameaçando até alguns dos seus oficiais gerais com a sua passagem à reserva) — ou Pires Veloso — que surgiria como terceiro candidato, seguido por outros sectores operacionais — serão preteridas pela solução, mais cómoda, de nomeação, à imagem e semelhança de Costa Gomes, de um ou mais adjuntos, em qualquer caso gerais não "de aviação").

— A reestruturação do Conselho da Revolução (quererá o Presidente da República resistir às pressões — por exemplo da Força Aérea, que estaria disposta a apresentar pedidos de demissão que abririam vagas — no sentido de promover eleições para um órgão no qual os Nove detêm a maioria, libertando-se, assim de peias que o possam enredar para a "nomeação, por exemplo, do vice-CEMGA e dos ministros da República? Ou preferirá o general Eanes adaptar-se ao que está, e impedir que, pelo evitar das ondas, surjam mais ondas? Ou perfilhará um esquema misto que defina as substituições por indicação dos Chefes de Estado Maior, mediante proposta dos Conselhos das Armas? Ou provocará vagas no CR, através da obrigatoriedade de escolha pelos comandantes das Regiões Militares entre manterem este cargo ou serem conselheiros da Revolução?).

— A manutenção ou substituição dos comandantes das Regiões Militares (se, na hipótese acabada de expor, Charais e Pizarat optarem pelo CR, e Pires Veloso, nesse caso não vice-CEMGA, pelo comando da Região Militar do Norte, quem recomendaria Rocha Vieira para os substituir? E se, ao contrário, os comandantes das Regiões Centro e Sul preferirem Coimbra e Évora ao CR, quererão o PR e o Chefe do Estado Maior do Exército que se mantenham?).

— Ao aprofundamento das investigações sobre os atentados bombistas (se o MDLP surgir na origem do terrorismo, como, por enquanto, tudo indica, será vantajoso ir até ao fundo das coisas, mesmo que delas

emergem nomes menos convenientes? E se aparecerem outros agrupamentos políticos, de coloração diferente, haverá vantagem em expô-los à opinião pública?).

— À chegada de Spínola (se, como tudo demonstra, esta não se verificou de surpresa, como debelar ou utilizar as especulações políticas que à volta dele se vão tecendo, com os partidos a alijarem a carga em comunicados e declarações parlamentares?).

— As organizações ditas clandestinas dentro das Forças Armadas (os CDL's de 1976 serão os mesmos de 1975? Caso sejam, porque existem? Caso não sejam, porque existem? E onde estão, e o que fazem os sucessores dos SUV's, ORFAs, etc.?).

— À importância da PSP e da GNR (o regresso previsto de Neves Cardoso ao comando-geral da primeira destas corporações e a manutenção de Passos Esmeriz à frente da segunda terão algum significado?).

— À nomeação dos Ministros da República, que representarão o poder central nas Ilhas (se tal nomeação recair, em última instância sobre o PR, com ou sem audiência do CR, e se, no que toca aos Açores, a escolha (afastamento?) de Galvão de Figueiredo parece decidida, como solucionar, quanto à Madeira, a opção entre, por um lado, Moura de Carvalho, Lino Melo e Faria Seixas e por outro, Vilalobos? Tomas Rosa estará fora da corrida (aérea)?).

Ramalho Eanes terá em breve de responder a estas e outras perguntas. Quando Galvão de Melo (cujo papel em todo o "prec" está por explicar) defende o PS na Assembleia da República, quando sectores menos ou mais mal intencionados reintroduzem a viagem de Melo Antunes a Moscovo, quando Sousa e Castro aparece na televisão, a propósito dos Pides, como representante acabado do legalismo e do humanismo, quando o CR não reuniu por causa das curtas férias de Morais da Silva (passadas na Madeira, com Galvão de Figueiredo), quando o Governo PS depara com uma maré de factos novos (ou supostamente novos), no momento exacto em que o seu Programa está para passar na AR — quando tudo isto acontece, espera-se, exige-se mesmo, uma palavra firme, uma tomada de posição do Presidente da República. E essa palavra é tanto mais urgente e necessária quanto o problema, mais uma vez, se afigura causado, acrescido, vivido e resolvido por militares (que foi, aliás, fazer a Belém, na passada segunda-feira, uma delegação, em que o Exército parecia minoritário, e que pediu ao PR esclarecimentos públicos sobre a descolocação e não só?).

Porque os militares estão na berra (e os multi-facetados e pluri-interpretáveis sintomas que atrás se apresentam e adiante se apresentarão são prova disso) e porque o que se passa no seio das Forças Armadas interessa ao país e não pode nem deve ser circunscrito a um círculo limitado de pessoas, o EXPRESSO, à semelhança do que tem feito noutras fases recentes da vida nacional, julgou útil trazer um quadro, tão claro quanto possível, das linhas descoltináveis no horizonte militar português.

## Otelismo e GDUP'S

Uma sumária descrição das linhas político-militares e da sua actuação recente (visível) aponta para seis grandes tendências, de peso diferente, mas de importância indiscutível, no actual panorama das Forças Armadas Portuguesas. Uma primeira linha que pode ser qualificada de otelista, encontra-se polarizada em torno do major Oteio Saraiva de Carvalho, correspondendo, "grosso modo" ao que, há um ano, era denominado de "linha de esquerda revolucionária" e depois de "linha apoiante do Documento COPCON".

A sua influência efectiva, a nível de comandos militares é muito reduzida, e os sinais externos da sua actuação (para além de reuniões parcelares, de elementos considerados próximos dela) são os GDUP'S, que preparam o seu I Congresso Nacional, em clima já de alguma dissensão.

Apesar de alguns sectores políticos de direita, e também de certos círculos externos avolumarem os riscos de estruturação dos GDUP'S em termos de poderes paralelos, a "linha otelista" no plano militar tem estado longe de assumir posições muito destacadas. No entanto, figuras ligadas a Oteio continuam a agir politicamente apesar de em muitos casos aguardarem julgamento. Contactam jor-



OTEIO — Longe de assumir posições destacadas? Sim, estimulam encontros, tentam manter viva uma presença política.

## Três figuras essenciais

Paralelamente, três figuras continuam a chamar a atenção dos observadores já que, embora, qualquer delas tenha sido ligada sem poderes definitivos à linha gonçalvista, todos revelaram um "background" político e uma capacidade intelectual superiores que lhes permitiriam e permitem "resistir" às ofensivas das linhas opositoras: Costa Gomes, Martins Guerreiro e o menos conhecido Costa Correia.

Saber o que essas três personalidades estão a fazer ou tentam fazer no futuro imediato é abrir uma pista para a compreensão de adequação de uma linha a uma nova situação político-militar.

A primeira é Costa Gomes. Descansando na residência oficial de S. Julião da Barra, o ex-Presidente da República não é homem para ficar quieto, e nas palavras de um seu dedicado colaborador "é perigoso demais para poder ser colocado como inimigo". Propagandeado pela imprensa próxima do PCP Costa Gomes tem continuado a manter os seus contactos políticos sabendo-se que dispõe de muitos trunfos dos quais o menor não é o de poder ser o único oficial general português que detém elementos sobre a situação militar pré-25 de Abril, capazes de responder à ofensiva que a ultra-direita ira lançar sob o lema: "Em 25 de Abril de 1974 as guerras encontravam-se militarmente ganhas".



V. GONÇALVES — Escreve febriamente sobre o seu período de governação

Outro homem a acompanhar atentamente é Martins Guerreiro por muitos considerado um militar com raro talento político e uma formação euro-comunista do tipo PCI (em Itália, aliás, tirou o seu curso de engenheiro maquinista naval). Conceptor da estrutura associativa da Armada, Martins Guerreiro foi sempre um elemento essencial no leque de apoio ao gonçalvismo, mas um elemento inteligente e discreto (conforme o revela o seu comportamento a 25 de Novembro). Para certos observadores, isso revelaria uma heterodoxia ideológica em relação ao PCP. Para outros, talvez detractores, tratar-se-ia de alguém com uma projecção superior, ao nível do movimento comunista internacional que superaria qualquer situação subalterna em relação ao PCP. De qualquer modo contam-



LEONEL CARDOSO — U caso de confronto pontual de linhas casos Leonel Cardoso e Rangel de Lima, ter sido inoportuno e lacunar.

## Nova tática do gonçalvismo: a "colagem"

Já muito mais evidente tem sido a presença de uma segunda "linha" que poderemos apelar de gonçalvista (próxima do PCP) e que continua a ter a sua maior expressão na Armada. Esta linha com a qual tem algumas vezes chegado a convergir a linha militar otelista, tem incomparavelmente, menor peso político do que no passado, até porque perdeu o controlo de certas zonas de comando a vários títulos essenciais.

Nos últimos meses, e depois de ter ainda podido alcançar alguns lugares nos órgãos sociais do Clube Militar Naval, a linha gonçalvista da Armada tentou rodear o então vice-chefe do Estado Maior, Leonel Cardoso em gesto de compensação pela perda do lugar fulcral de Martins Guerreiro, que como Chefe de Gabinete do CEMA chegara a ser o homem mais influente da Armada, e o obreiro do seu enquadramento pró-gonçalvista.

Com a exoneração de Leonel Cardoso, esta linha tentou desencadear uma campanha de protesto, baseada na divulgação de um plano golpista ultra-direitista, em que se incluiria a substituição do vice-CEMA. Tal como sucedera noutros tempos, novamente se reuniram no Clube Militar Naval os elementos afectos a esta linha na expectativa dos

resultados visíveis da campanha empreendida. A campanha utilizou os jornais não alinhados em posições de direita (e se possível, não conotados demasiadamente com o PCP, como seriam o "O Diário" e o "Diário de Lisboa") e processou-se simultaneamente a nível de Conselho da Revolução, onde a linha gonçalvista, em colagem que vem desde 25 de Novembro tentou pressionar os chamados meloantunistas a servirem de porta-vozes da causa em debate. Nova campanha é tentada com o caso Rangel de Lima, que demonstraria a escassa influência gonçalvista na Força Aérea.

Por outro lado, a campanha de alfabetização "Alfa" retoma alguns dos "leitmotivos" das campanhas de dinamização cultural da pretérita 5.ª Divisão do EMGFA (será que com a participação de antigos componentes desta?) provocando uma reacção muito ampla de sectores militares que julgam que parte do conteúdo da iniciativa agrava o prestígio das FAP.

Enquanto vai ensaiando uma tática de "colagem" aos meloantunistas, a linha gonçalvista não tem obtido grande sucesso com as suas denúncias do plano de direita militar. As causas deste aparente insucesso são múltiplas: a muito menor organização desta linha; a sua dificuldade relativa de penetração nos órgãos de informação (v.g. estatizada); o facto de, tendo possivelmente acesso a dados pontuais verídicos sobre a direita militar o seu aproveitamento, nos

dos seus apressados leitores, apesar de serem facilmente memorizáveis e reproduzíveis. Outro domínio em que Costa Correia sempre foi considerado um "elemento forte" é o dos contactos com a informação. Nunca se conseguiu provar a afirmação de que ele poderia ter nas suas mãos um exemplar da célebre lista dos jornalistas remunerados por departamentos oficiais, na vigência do regime anterior; no entanto, foi patente a forma como sempre conseguiu ter um acesso particularmente fácil aos órgãos de informação.

Ao invés dos três nomes (Continua na pág. 14)



COSTA GOMES — Só férias em São Julião?



MARTINS GUERREIRO — Foi o homem-forte da Armada

**UM ANDAR VERDADEIRAMENTE SEU!**

construções **António Guerreiro** Lda.

Av. José Elias Garcia, 226-Queluz

Informações todos os dias, inclusive Sábados e Domingos

952538 e 950792

**QUELUZ Ocidental**

Integrados em zona de grande desenvolvimento, temos à sua disposição andares espaçosos, modernos e funcionais com 2, 3, 4 e 5 assoalhadas. Se preferir compre um andar já alugado, com um bom rendimento. Visite-nos e juntos encontraremos uma solução adequada às suas necessidades.

**REBOLEIRA Sul**

Oferecemos-lhe uma realidade — uma casa para si, com 2 ou 3 assoalhadas, a dois passos de Lisboa. Preços desde 350 contos! Mas também possuímos andares já alugados com a garantia de um bom rendimento — uma perspectiva certa para o seu investimento!

**e AGORA na PAREDE**

(em frente ao Liceu, ex-Colégio dos Maristas, zona de grande desenvolvimento comercial). Local privilegiado! O mar, a praia e o sol farão da sua vida e da dos seus umas férias permanentes! Compre já a sua habitação, com 2 ou 3 assoalhadas, ótimos acabamentos e equipada com cozinha de tipo italiano.





# DE CORRELAÇÃO DE FORÇAS

## O melo antonismo: não largar o CR

Uma terceira linha político-militar é hoje chamada meloantunista, e corresponde em grandes traços aos princípios de que Melo Antunes é principal responsável, contidos no "Documento dos Nove". Há um ano redigido e difundido (lembra-se que nunca foi tornado público um segundo documento dos mesmos autores: o Programa do Governo).

Trata-se de uma corrente com grande peso político a nível dos órgãos supremos do poder soberano, como o Conselho da Revolução, onde praticamente metade dos membros são conotados com ela (Melo Antunes, Vitor Alves, Vitor Crespo, Pizarat Correia, Franco Charais, Sousa e Castro, Marques Júnior (cuja relação de amizade com Otelo foram sempre bastante intensas) e, eventualmente, Vasco Lourenço).

Esta implantação de cúpula dos "meloantunistas" não corresponde em princípio a uma efectiva influência na Armada e na Força Aérea.

No Exército, no período final de 75 a presença em três comandos de Regiões Militares significava uma influência apreciável essa que parece decair com a contestação crescente que sectores operacionais emergentes do 25 de Novembro terão dirigido contra Charais e Pizarat Correia.

Na Armada, esta linha tentou colocar em posição de chefia Vitor Crespo, mas esta tentativa falharia sendo apenas parcialmente compensada pela "colagem" das linhas otelista e gonalvistas que em último recurso têm muitas vezes apoiado as posições meloantunistas.

Nos últimos meses, a estratégia destes tem tido como campos de eleição o Conselho da Revolução e a informação e um ensaio incipiente de estruturação de ligação às bases.

A nomeação de Melo Antunes para a Presidência da Comissão Constitucional, desfeitando um potencial candidato "operacional" (Almeida Costa) reforçou o seu espaço de manobra política, ao mesmo tempo que a designação de Vitor Alves para a chefia da delegação a Sri Lanka (conferência dos países não alinhados) revelava um peso pessoal sensível. Aliás, Melo Antunes poderia prolongar a sua influência no

sadores portugueses e estrangeiros, e revelando uma preocupação obsessiva de avaliação dos erros cometidos

no período em que desempenhou funções de Governo relativos ao avanço para o Socialismo.



MELO ANTUNES — O apoio de 75 é a ingratidão de 76



V. LOURENÇO — Ultimamente muito apagado



PEZARAT CORREIA e FRANCO CHARAIS — Contestados crescentemente a partir de Dezembro



próprio sector da política externa portuguesa se Maria Lurdes Pintassilgo viesse a substituir José Manuel Galvão Teles como Embaixador na ONU, vindo este a preencher um dos lugares de membro da Comissão Constitucional. Ao mesmo tempo elementos do CR não afectos são projectados para funções alheias a aquele órgão.

A ligação dos meloantunistas a certos órgãos da imprensa (pelos quais têm sido cronologicamente transmitidas as suas posições) tem sido um factor essencial da sua projecção. Neste plano o papel dos elementos da "Intervenção Socialista" (inclusivemente a própria RTP) tem sido coadjuvante precioso para os meloantunistas. No seu todo o conjunto formado por esta linha militar e seus apoios civis tem na informação portuguesa uma repercussão muito superior à sua efectiva expressão em termos de adesão nas FA.

Esta repercussão é habilmente usada em convergência com a persuasão pessoal no Conselho da Revolução de forma a amplificar as teses daquele grupo.

Finalmente, uma terceira frente de actuação parece ter sido a do ensaio de uma organização de oficiais subalternos no Exército, de apoio aos conselheiros da Revolução mencionados.

A primeira vista, o objectivo primordial desta linha é o da sobrevivência política, entendida em termos de não perda dos lugares mantidos.

Mas a este objectivo, mais instantâneo, ela adita ainda a projecção das suas posições políticas próprias. Para a linha dos operacionais que os atacam, consistiriam na defesa de um regime peruano ideal, ou, ao menos, no patrocínio de uma "união de esquerda" — PS-LS-PCP — ligada a um eventual "Pacto de Moscovo", acordado por Melo Antunes aquando da última visita oficial à URSS.

Note-se no entanto, que, segundo elementos ligados a esta linha, ela não toma uma postura agressiva relativamente a um Governo formado só por socialistas, preferindo fazer "fincap-pé" numa leitura de esquerda da Constituição, projectada no Programa do Governo constitucional, e acatada pelo controlo da constitucionalidade das leis.

## Eanistas: reforço futuro?

Uma linha "sui generis", formada em torno de uma pessoa mais do que de um conjunto coerente de atitudes políticas ou de opções ideológicas é a que se centra na figura do Presidente da República, general António Ramalho Eanes.

Os eanistas provêm quer do sector "operacional", quer de zonas muito próximas dos meloantunistas (compare-se, por exemplo, Moniz Barreto, de um lado, e Loureiro dos Santos, do outro).

Une-os a cooperação directa e imediata com o Presidente e a preocupação de salvaguardar, em todos os momentos, e

equilíbrio entre as diversas linhas pressionantes.

Cerca de um mês depois da sua posse, Ramalho Eanes tem mostrado preferir o silêncio e a discreção na resolução dos problemas de equilíbrio militar, problemas que ele próprio tem admitido, em conversas informais, serem mais urgentes do que a pacífica aprovação do Programa do Governo ou as questões correntes de gestão civil.

Esta tendência natural para o PR se colocar acima das vicissitudes dos confrontos militares de bastidores marca toda a linha eanista.

Trata-se, portanto, de uma linha muito recente, de alguma forma ainda em consolidação, recentíssimo-se da diversa origem dos seus elementos (eles

próprios transmitindo as pressões de outras linhas), e procurando acompanhar o Presidente da República na sua



EANES — Inocorrível. Mas, só ou acompanhado?

intencional situação supra-diferendo civis e militares.

O seu reforço dependerá, do reforço maior ou menor, da



F. MIGUEL — Eanista por excelência por amizade e por estratégia

## Operacionais: não só os coronéis

Ausente da "circulação política" com o 11 de Março de 1975 e o acelerado do gonalvismo, os chamados operacionais não desapareceram. Sob as mais variadas formas mantiveram esquemas de informação e de definição de uma estratégia militar durante o longo e quente Verão de 1975. Uma dessas formas foram os CDL's que desapareceriam a 25 de Novembro de 1975, e que ressurgiram recentemente com uma composição de objectivos em parte diversos, e cuja história o EXPRESSO narrará na próxima semana.

Outra forma de acção dos "operacionais" de então foi o apoio activo ao "Documento dos Nove", e aos meloantunistas no CR.

Depois da sua vitória no 25 de Novembro, os operacionais foram um peso político crescente no vários ramos das F.A., deles saindo grande parte dos elementos integráveis na linha eanista.

Hoje, na linha operacional avultam nomes como Morais e Silva (um dos indecisos do início do Verão de 75), Silva Cardoso e Lemos Ferreira, na Força Aérea; Souto Cruz e Almeida e Costa, na Armada; Pires Veloso, Soares Carneiro e Abel Couto, no Exército.

Enquanto que o núcleo operacional da Armada tende a ser liderado por Almeida e Costa, o do Exército mantém amplias li-



P. VELOSO — operacional em recuperação de saúde



ALMEIDA E COSTA — Muito activo e expectante



SOUTO CRUZ — Negociar mais firme

gações aFirmo Miguel, um eanista por excelência, por amizade e por estratégia.

Estes dois núcleos correspondem a uma certa rivalidade potencial entre dois líderes possíveis, ainda que um deles tenha, de momento, e a pedido de Ramalho Eanes, envolvido o seu nome e prestígio político na sorte do Governo socialista.

Crescentemente pragmática (até à inserção no quadros democráticos — v.g. o conceito original de democracia musculada), esta linha tem colocado Ramalho Eanes perante a necessidade de ele se definir face a problemas como os já citados da reestruturação do CR, da nomeação de Vice-CEMGFA, dos Ministros da República no Açores e na Madeira, e o da disciplina no seio das F.A.. Em particular, os operacionais pretendem ver a sua linha de acção no seio dos meloantunistas, ao mesmo tempo que vão reforçando a



SPÍNOLA — Foi patrono de uma linha. Hoje é símbolo para várias

Uma das zonas essenciais dos operacionais é representada pelo Estado Maior do Exército, e seu serviço de informações.

Entretanto, a qualificação de uma linha político-militar como spinolista, que teve lógica sobretudo até ao 11 de Março de 1975, deixou de se justificar pelo facto de elementos spinolistas terem vindo a disseminar-se por várias das linhas enunciadas neste resumo necessariamente sintético. É certo que a maioria deles deverá encontrar-se na linha operacional e que os actuais operacionais nunca quebraram laços, sobretudo durante o gonalvismo, com os spinolistas integrantes de uma facção do MDLP (vide recente entrevista de Sanches Osório, onde este sintonizava várias leituras naquele Movimento).

Nem será preciso recordar os encontros de Canto e Castro,

posição de Ramalho Eanes como Presidente da República e como chefe do Estado Maior General das Forças Armadas e das decisões que tomou a propósito das questões concretas igualmente inúmeras. Junto da linha "eanista" trabalham vários colaboradores civis, que vão do sociólogo Joaquim Aguiar, ao jornalista Silva Costa (um homem que teve um percurso acidentado desde as "Novidades" até "Nova Terra"; passando pelo "Diário de Notícias" de Luís de Barros), ao economista Caldeira Guimarães, e ao executivo Henrique Granadeiro (com uma apreciável experiência no sector público, desde o gabinete de Mota Campos, no antigo regime, até à administração interna dos tempos de Mário Bruxelles e Caldeira Rodrigues).



MORAIS E SILVA — De indeciso a "duro" — num ano

pelo CR, com elementos do MDLP, e a sua ida à Suíça para tratar do regresso de Spínola.

Mas está ultrapassada a fase do spinolismo como linha homogênea de liderança do ex-Presidente. Além disso na linha operacional, os nomes que surgem situam-se nos postos de tenente-coronel e coronel, preocupam-se com a disciplina das FA, a situação económica do País e sua resolução técnica, e aventam, porventura, fórmulas de "salvação nacional", menos preocupadas com formalismos constitucionais do que com o conteúdo veiculado nos programas de governação. Além disso, estão empenhados num balanço exaustivo do processo de descolonização, que apure responsáveis (neles podendo quicá contar-se elementos meloantunistas, aliados de ontem, inimigos de hoje).

## Radicais de direita: encontro Giscard-Kaulza

Uma última linha, situada no quadrante político usualmente designado de

direita mais radical é a que tem sido apelidada de Kaulzista, e na qual se tem envolvido homens do regime passado, como Silvino Silvério Marques e Luz Cunha, além, claro, de Kaulza de Arriaga.

Esta linha tentaria o lançamento de uma organização político-civil — o MIRON —, o

que falharia devido à reacção suscitada por parte do CDS e do PPD, de cujas bases se reclamaria, em termos de clientela potencial, o movimento não concretizado.

Segundo fontes bem informadas emergirá, dentro de dois meses, nos escaques uma obra colectiva, oriunda desde sector, e contendo a tese

de que o Exército Português em 24 de Abril de 1974 vencera finalmente as guerras coloniais.

Numa posição considerada autónoma em relação à de Kaulza estaria Bettencourt Rodrigues, que teria mantido, no passado recente, contactos com sectores spinolistas próximos do ex-general.

Embora uma estratégia de Kaulza tenha sempre sido de um certo tático, parece pacífico que os reduzidos círculos militares activos que o apoiam têm procurado desmultiplicar-se em ligações com outras linhas militares e sectores civis. Externamente, tudo indica que Kaulza mantém relações cordiais com o chamado Grupo económico-financeiro de Bildenberg de cuja indirecta participação no 25 de Abril spinolista falaria a revista espanhola CAMBIO — 16.

Por outro lado, o recente encontro Giscard d'Estaing-Kaulza de Arriaga, embora sendo sobretudo um ensejo de troca de impressões informais pode deixar de se revestir de um certo significado político.

No seu todo, esta linha militar, que acaba por ser para já, uma linha político civil, aguarda os acontecimentos, sem os pressionar demasiado, antes esperando as posições dos operacionais, e uma eventual confluência, que as circunstâncias de momento não propiciariam.

Resquícios de antigas estruturas de extrema-direita (como do ELP) podem, entretanto, fornecer um quadro (incipiente) de organização a uma linha cujos contactos internacionais e meios financeiros ultrapassam, de longe, a penetração na FA e a projecção no mundo civil.

São estas as seis grandes linhas detectáveis nas FAP



KAULZA A. — O livro, para quando?



BETTENCOURT — Aberturas para vários lados

delas, em mais pormenor, falaremos nos próximos números, tentando dissecar ideias, homens e factos de uma orgânica que continuará a dar cartas na vida portuguesa: a orgânica militar que regressou à primeira linha da nossa actividade política.

## COMUNICADO

CONFLITO LABORAL EXISTENTE NA EMPRESA CERRO GRANDE - MANCERRO - ALBUFEIRA

Desde 12 de Julho de 1976 que os trabalhadores da Empresa Mancerro-Cerro Grande-Albufeira estão em greve. Tudo já foi feito junto das autoridades competentes para uma rápida resolução deste conflito laboral.

O cerne da questão reside na pretensão dos trabalhadores em considerarem a unidade como turística, e, como tal sujeita ao C.C.T. para esta indústria. Efectivamente, a actividade desenvolvida pela referida Empresa configura-se como lucrativa e incluída no sector turístico. De tal modo que, a Direcção-Geral de Turismo já elaborou um parecer em que inequivocamente considera esta Empresa incluída no sector turístico. Em face desta posição das autoridades, a Empresa recusa-se sistematicamente, a reconhecer a sua actividade como turística, tendo boicotado todas as reuniões efectuadas, sob a égide do Ministério do Trabalho, com a finalidade de resolução do problema.

Nesta situação, os trabalhadores continuam a receber salários de fome, enquanto a Empresa desenvolve a sua actividade lucrativa.

Assim, os trabalhadores empreenderam várias formas de luta dentre as quais avulta o impedimento de entrada na Empresa da gerência, enquanto não for efectuado um inquérito rigoroso que permita apurar responsabilidades da situação existente.

Entretanto, foi convocado um plenário, com a presença de delegados sindicais e comissão de trabalhadores a fim de se sair do impasse criado pela Empresa. Uma certeza ressalta de tudo isto: os trabalhadores irão encontrar formas de luta conducentes a uma efectiva resolução do problema. Ultimamente, este conflito laboral tem-se agravado, em virtude da interferência ilegal por parte de estrangeiros, que ilegalmente desenvolvem uma actividade competitiva com a da Empresa, com conhecimento e até concordância desta, com evidentes prejuízos para a economia nacional. Aliás, esta actividade ilegal estende-se por todo o Algarve, desde há muito, havendo toda a conveniência das autoridades competentes acabarem de vez com este estado de coisas.

Faro, 3 de Agosto de 1976.

A DIRECÇÃO

## Autocarro, barco comboio ou avião Qual é que prefere?



### Pergunte ao seu agente de viagens

O seu agente de viagens é um especialista em viagens de negócios ou de férias, os seus serviços podem poupar-lhe o seu tempo e dinheiro e o seu conselho é grátis. Reservar o seu bilhete de avião, comboio ou barco. Hotéis? Concerteza, e pode dar-lhe conselhos sobre o melhor hotel a escolher consoante as suas necessidades. Quer um carro à chegada do seu avião? Ele arranjá-lo-á, assim como excursões de interesse, reservas para teatros e restaurantes, e assim ajuda-o a obter o máximo da sua viagem. Quando viajar, deixe o seu agente de viagens ajudá-lo e preparar-lhe o seu plano de viagem

Depois, tudo o que tem a fazer é divertir-se e tirar o máximo proveito da sua viagem.

agente autorizado



Publicado pela PAN AM no intuito de proporcionar a melhor maneira de viajar.

a experiência faz a diferença

COLCHOES DE MOLAS **Bonson**

COLCHOES DE MOLAS **Bonacillo**

COLCHOES DE ARAME **Oxono**

Stand de Vendas: H. Ferreira Borges, 121 A T. 402702 24 3